



1) A trajetória da Sociologia na Educação Básica brasileira não foi um processo linear, e sim um processo complexo, marcado por avanços e retrocessos e permeado por interesses de diferentes grupos e atores sociais que variaram de acordo com o contexto histórico e sócio-político. Esta trajetória é dividida na literatura em três fases distintas, que guardam forte relação com as transformações do Estado e das políticas públicas educacionais. O primeiro período, entre 1891 e 1941, é conhecido como a institucionalização da Sociologia no Ensino Médio. A Reforma Benjamin Constant, de 1891, inaugura este período ao incluir a Sociologia no Ensino ~~Secundário~~ Secundário pela primeira vez. No entanto, na década seguinte, a Reforma Epitácio Pessoa (1904) retirou a disciplina da grade curricular da Educação Básica. A Sociologia reaparece na formação básica somente em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, que a introduz como disciplina obrigatória no curso secundário. Em 1931, a Reforma Francisco Campos, já no Estado Novo, divide a formação básica em dois ciclos, e determina a obrigatoriedade da Sociologia no 2º ano do ciclo complementar, destinado àqueles que iriam se preparar para entrar no Ensino Superior. Este período termina em 1942, com a Reforma Capanema, que retira a obrigatoriedade da Sociologia na Educação Básica. Antes de avançar, cabe ressaltar que este primeiro período é marcado por transformações sociais profundas, com destaque para a expansão da urbanização e início da industrialização, bem como pela centralização do poder consagrada no Estado Novo Vargasista. Neste contexto, a Sociologia era fruto de um projeto das elites e teria uma função normativa, propagando valores como civilidade, civismo e até higienismo. A disciplina se inseria em uma metáfora orgânica da sociedade,



que refletia valores como funcionalidade, autoridade e solidariedade. As políticas públicas, portanto, tiveram o papel de responder aos anseios dos grupos que controlavam o Estado.

Entre 1942 e 1981 a Sociologia não figurou como disciplina obrigatória na Educação Básica brasileira. Em 1961, na ocasião da promulgação da primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) o Ensino Básico é dividido entre ginásio e colégio, mas não incorpora a Sociologia. Em 1962 destaca-se a criação da disciplina OSPPB (organização social e política brasileira) e em 1971, a Lei 5692 cria a Educação Moral e Cívica, já no âmbito do regime militar. Ambas as disciplinas cumprem as funções normativas e tentativas de ordenamento e controle social que a Sociologia cumpriu anteriormente, e se alinham aos interesses dos grupos sociais hegemônicos. Se antes visava-se a unificação do país e a construção da Identidade nacional, agora buscava-se a solidificação deste sentimento nacional frente às "ameaças" externas. ~~Em~~ Ainda em 1971, a Reforma Tarbas Passarinho torna obrigatória a profissionalização do Ensino Médio, fortalecendo a concepção tecnicista e funcionalista da Educação em detrimento de uma perspectiva crítica.

A Sociologia passa a ser reinserida gradativamente no Ensino Médio somente a partir de 1982, coincidindo com o processo de reabertura política e redemocratização (1985). Em 1982, a Lei 7044 torna a profissionalização do Ensino Médio optativa. A partir de 1984, a Sociologia começa a ser reinserida nos currículos no âmbito estadual, com destaque para São Paulo (1984), Pará e Distrito Federal (1986) e Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e Minas Gerais (1989). A constituição de 1988, conhecida como Constituição cidadã, é um marco que abre espaço para a volta da Sociologia na Educação



Básica, uma vez que abriu uma janela de oportunidade para diversas entidades representativas e estudantes se mobilizarem para reivindicarem suas demandas perante o Estado.

Em 1996, a nova LDB (Lei 9394) abre espaço para a Sociologia e Filosofia serem oferecidas no Ensino Médio ao fazer no seu texto a visão de que tais disciplinas eram necessárias para o exercício da cidadania. Apesar disso, prevaleceu a visão da transversalidade e esses conteúdos seriam trabalhados pelos professores de outras disciplinas do campo das Ciências Humanas.

Os parâmetros curriculares nacionais do Ensino Médio (PCNEM) definidos em 1999 fazem competências relativas aos conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. No ano seguinte a disciplina se torna obrigatória nos 3 anos do Ensino Médio no Distrito Federal. Não obstante a crescente mobilização social e a legitimidade que ganhava nas políticas educacionais, em 2001 o então presidente Fernando Henrique Cardoso vetou um projeto de Lei do deputado Padre Roque (PT) que tornava a Sociologia obrigatória em todas as escolas públicas e privadas.

Com a mudança no executivo federal a partir de 2003 a Sociologia ganha novo fôlego. Uma nova equipe assume o Ministério da Educação e forma um grupo para rever os PCNEM (2004). Neste contexto, ~~o projeto~~ inicia-se a elaboração das Orientações curriculares Nacionais do Ensino Médio para Sociologia. Já em 2006, o Conselho Nacional de Educação (CNE) vota favorável às mudanças nas Diretrizes curriculares nacionais do Ensino Médio, que previam a obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia em pelo menos 1 ano do Ensino Médio.

O aumento da pressão dos Estados e mobilização de grupos sociais culmina com a assinatura da Lei 11.684 que torna Sociologia e Filosofia obrigatórias em todo Ensino Médio, alterando a LDB. No ano seguinte o CNE regula o modo de implantação dessas disciplinas, ordenando a efetivação até 2011.



Em 2012, a Sociologia é incluída no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) se consolidando na Educação Básica. Paralelamente, o Exame Nacional do Ensino Médio incorpora de maneira crescente os conteúdos da disciplina em suas edições.

Observa-se, portanto, que as políticas públicas tiveram um papel fundamental na trajetória da Sociologia na Educação Básica, sobretudo, após a redemocratização, período no qual a disciplina "renasce", não mais como um projeto das elites, mas como uma demanda da sociedade, que vê na Sociologia um instrumento de estímulo ao pensamento crítico e questionamento das inúmeras desigualdades que ainda assolam o país. Analisando os parâmetros atuais, percebe-se que a Sociologia age como "integradora" dos diferentes conteúdos das Ciências Humanas e tem o papel de "ampliar valorativamente o mundo dos jovens" (Meucci, 2015).

2) Como vimos anteriormente, a inclusão da Sociologia no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2012 se deu em um contexto de ampliação e fortalecimento da legitimidade da disciplina na Educação Básica e foi uma conquista da comunidade epistêmica dedicada ao Ensino de Sociologia. Apesar das poucas opções nesta primeira edição - apenas dois livros - a política teve efeitos positivos ao oferecer pela primeira vez um material didático sistematizado para os professores do Ensino Médio.

Para ter a dimensão do impacto desta política, cabe ressaltar que, apesar dos avanços, ainda estamos na luta para pôr a legislação em prática, enfrentando desafios como carga horária reduzida e obrigatoriedade de professores formados na área. Ainda é muito comum que professores de outras disciplinas ministrem a aula de sociologia, em virtude do *de-fait* de professores licenciados na área. Além disso, devido à intermitência da trajetória



na Educação Básica

da Sociologia na Educação Básica, discutida na ^{questão} anterior, a reflexão sobre o Ensino da Sociologia se desenvolveu tardiamente no país só apresentando maior expansão e densidade na última década. Conseqüentemente, ainda sabemos com certa carência de materiais didáticos de Sociologia específicos para Ensino Médio.

Neste prisma, a inclusão da Sociologia no PNLID serviu como catalisador para a pesquisa e produção de materiais didáticos de Sociologia no país, impactando no aumento do seu volume e na melhoria de sua qualidade. Esta evolução se refletiu na ~~segunda~~ edição seguinte do programa que contou com mais opções de livros didáticos, com destaque pela qualidade do material.

Este desenvolvimento é importante, uma vez que o livro didático é uma ferramenta importante no processo de transposição didática, ou seja, o processo pelo qual conceitos e teorias científicas são adequados para o contexto escolar. Desta maneira, a introdução do ~~livro~~ livro didático permitiu que professores dispusessem de um material sistematizado e legitimado pela comunidade disciplinar para trabalhar os diferentes conceitos e teorias sociológicas presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais de maneira mais sólida no contexto escolar. Paralelamente, a experiência dos professores no cotidiano escolar também serviu como base empírica para o campo do Ensino de Sociologia avançar na reflexão teórica e epistemológica acerca de como trabalhar a Sociologia no contexto escolar, de maneira didática. Ambos os processos se retroalimentam, fazendo com que o campo avance.

Entretanto, apesar dos avanços ^{obtidos,} este processo também tem limitações e restrições. Em primeiro lugar, observa-se que até o momento o Programa só possui a opção de livro único para todo o Ensino Médio. Em que pese o

lado positivo da conexão entre os diferentes temas permitida por esta modalidade, é notório que o livro único tem limitações em relação ao nível de aprofundamento dos conteúdos, bem como das possibilidades de inclusão de outros recursos didáticos além dos textos, com risco do livro ficar muito grande.

Além destas limitações mais "técnicas", também é necessário considerar outros tipos de limitação, especialmente relacionadas ao papel do livro enquanto recurso didático. Sem diminuir sua importância, é preciso reconhecer que o livro é somente um dos recursos didáticos disponíveis para o professor. Principalmente no caso da Sociologia, que trata da dinâmica das relações sociais, outros recursos são imprescindíveis. Neste ponto, destacam-se recortes de jornal, artigos da internet, vídeos, charges, fotos, sem esquecer de visitas a museus e a diferentes espaços de socialização. Ademais, com o avanço das Tecnologias da Informação e a expansão das redes sociais sobretudo entre jovens do Ensino Médio, novas formas de ^{produção} conhecimento social são cada vez mais relevantes, a exemplo dos "memes" que circulam pelas redes sociais. Para além do seu caráter lúdico, tais "memes" podem ser de grande valia na contextualização de conceitos sociológicos. Considerando este ponto da importância da internet na socialização dos jovens, notamos que a velocidade de produção e difusão da informação está tão acelerada que é impossível para o livro didático acompanhá-la.

Por fim, outra limitação relevante do livro refere-se ao seu contexto de produção, e, conseqüentemente, seu conteúdo, quando consideramos a grande heterogeneidade social e regional do país. Se observarmos os autores dos livros escolhidos no PNLD, fica evidente que a maioria se concentra no eixo sul-sudeste, evidentemente por serem as regiões com a produção científica mais desenvolvida. Assim, a origem e contexto dos autores impacta significativamente

É o que se torna ainda mais crítico no caso da Sociologia, na maneira como os conteúdos e exemplos são selecionados, a despeito da padronização proposta pelas PCNEM. Então, se considerarmos a diversidade sócio-cultural e regional do país, corremos o risco de termos livros distantes da realidade e do contexto de muitos jovens, além da negligência e omissão de culturas e saberes relacionados a contextos específicos nestes materiais. Desta forma, cabe aos professores "ir além" do livro para adequar suas aulas ao ~~contexto~~ contexto sócio-cultural em que trabalham. Por outro lado, o PNLD também pode estimular a produção de materiais didáticos e para-didáticos em outras regiões, tornando o material disponível mais diverso e múltiplo, contribuindo para superar tais limitações.

3) Como vimos até agora, a Sociologia na Educação Básica ainda está em processo de consolidação após uma trajetória de idas e vindas, e sofre com certas limitações. Neste processo, as políticas públicas e a atuação da comunidade disciplinar tiveram papel chave. Isto não é diferente quando consideramos o debate em relação a definição do currículo da disciplina. Se recuperarmos a trajetória da disciplina veremos isto de forma clara.

Durante o processo de institucionalização da Sociologia, entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, a Sociologia ainda não tinha se institucionalizado cientificamente, de forma que não podemos identificar uma comunidade disciplinar/epistêmica organizada. No período, as elites se apropriavam das escolas a fim de monopolizar as explicações da vida social. A sociologia cabia, portanto, reforçar valores tais como civildade e civismo, explicando a sociedade a partir de uma visão funcional, marcada pela autoridade e solidariedade. Esta perspectiva normativa era definida nos textos das Reformas Educacionais e ia de encontro aos interesses de

classe política dirigente. Apesar do manifesto da Escola Nova nos anos 1930 e do início da pós-graduação em Sociologia em 1943 este cenário permaneceu inalterado até os anos 1980. Apesar do recrudescimento do quadro político, com o golpe civil-militar de 1964, a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, ainda que tímida, ajudou a estabelecer e desenvolver uma comunidade disciplinar e epistêmica incipiente.

Foi esta comunidade junto a outros grupos e movimentos sociais que conseguiu avançar a pauta da Sociologia na Educação Básica graças à janela de oportunidade aberta pelo processo de redemocratização e pela Constituição de 1988. A chegada de um novo grupo político ao poder em 2003 auxiliou na superação dos freios enfrentados pelo veto de 2001 e amplificou a influência desta comunidade epistêmica no âmbito do Ministério da Educação. Já em 2004 o professor Amaury Moraes liderou a equipe que elaborou as Orientações curriculares nacionais do Ensino Médio de Sociologia.

A promulgação da lei e posterior regulamentação da implantação da Sociologia e Filosofia nas 3 séries do Ensino Médio, portanto, se dão em cenário político favorável, que contou com o avanço das ações afirmativas, integração regional e promoção da igualdade racial. Este movimento traz novos sujeitos e novas expressões para escola, que gradativamente deixa de ser somente um reproduzidor das visões de mundo da elite.

A comunidade disciplinar, agora mais fortalecida e desenvolvida, considerando até mesmo a reflexão acerca do Ensino de Sociologia, ajuda a fazer emergir uma disciplina escolar nova (Muccci, 2015) que "integra" distintos componentes curriculares. Esta nova sociologia rompe com o passado escolar, e passa a indagar sobre as

condições de produção das diferenciações sociais; reclamar as causas da desigualdade; refletir sobre o exercício de alteridade e identidade; questionar o neoliberalismo; e avançar em questões de gênero e sexualidade.

Esta nova Sociologia busca uma nova experiência escolar, concebendo os jovens como sujeitos de direitos (à alteridade, à identidade, etc.) e dando ferramentas para que os mesmos possam reconhecer suas propriedades singulares.

O currículo atual da sociologia, portanto, estimula o pensamento crítico e busca fornecer ferramentas para o jovem se reconhecer em um mundo cada vez mais globalizado. Além disso, avança nas questões identitárias de gênero e raça, por exemplo, sem esquecer de refletir sobre as inúmeras desigualdades sociais e relações de poder na sociedade. A diversidade cultural, a estigmatização e o preconceito também estão presentes.

Este currículo reflete esta nova sociologia escolar que nasce após a redemocratização. Neste processo a atuação de uma comunidade disciplinar e epistêmica em pautar o debate foi crucial para a implementação de políticas públicas educacionais voltadas para esta nova escola e esta maneira crítica de ver o mundo. O debate curricular, antes de ser um assunto técnico é um campo de disputas entre diferentes grupos sociais que possuem interesses distintos. Não é a toa que projetos como Escola sem Partido e a Reforma do Ensino Médio que preveem o fim da obrigatoriedade da Sociologia ou dificultam seu desenvolvimento, estejam avançando na sociedade, em um momento de crise da democracia e avanço de ideias conservadoras. Assim, a comunidade disciplinar junto à sociedade civil precisa estar atenta e forte para defender as conquistas que a Sociologia teve até hoje em sua trajetória na Educação Básica.